

## **POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO E INCENTIVO À PERMANÊNCIA NA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: afinal, qual o papel da comunidade acadêmica nas estratégias de enfrentamento?**

Karen Cristine Oliveira Morais – okarencristine@gmail.com  
Marli Auxiliadora da Silva (orientadora) – marli.silva@ufu.br

### **RESUMO**

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de discutir o papel do corpo docente, coordenação e direção em relação ao conhecimento sobre as políticas afirmativas de permanência e estratégias de enfrentamento à evasão no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Faces/UFU, no campus Pontal, no intuito de compreender a contribuição de cada membro da comunidade acadêmica no conhecimento e no processo de comunicação das políticas afirmativas institucionalizadas e pontuais do curso. A pesquisa classifica-se como qualitativa quanto à abordagem do problema e exploratória quanto ao objetivo, com dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, divididas em duas dimensões de análise: conhecimento e engajamento, e por meio de pesquisa documental para mapeamento das políticas afirmativas institucionalizada na UFU. Os resultados apontaram que os entrevistados e entrevistadas precisam apresentar propostas de ações, visto que não citaram nenhuma ação específica sugerida por eles(as) e não utilizam nenhuma ação pontual a fim de combater a evasão ou para incentivar a permanência e conclusão do curso pelos discentes. Por desconhecerem ou não conhecerem suficientemente as políticas existentes, os participantes desta pesquisa - corpo docente, coordenação e direção - não estão habituados a informarem sobre as políticas afirmativas de incentivo à permanência e mostraram falta de envolvimento no combate à evasão.

**Palavras-chave:** Ciências Contábeis. Evasão. Permanência. Políticas de enfrentamento.

### **1 INTRODUÇÃO**

Segundo a Constituição Federal todos os cidadãos têm direito a educação básica de forma plena (BRASIL, 1988). Tal como um direito, a educação é definida em nosso ordenamento jurídico como dever do Estado, sendo que do ensino infantil ao superior, cabe ao Poder Público possibilitar o acesso à educação. Assim, para promover o ingresso e permanência do estudante são estabelecidas políticas públicas que obrigam e responsabilizam os pais, visto que “as famílias têm o “dever jurídico” de matricular seus filhos nas instituições escolares” (CURY, 2006, p. 674) e zelar pela educação deles.

No ensino superior, embora o ingresso e permanência seja uma opção do estudante e não mais dever do Estado e da família, observa-se desde os anos de 1990 um aumento considerável de ingressantes em Instituições de Ensino Superior (IES) bem como o crescimento de estabelecimentos e cursos ofertados (AMBIEL, 2015). A partir da segunda metade da década de 1990, a implementação de políticas de acesso ao ensino superior, como o Há também o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e políticas de permanência como o Financiamento Estudantil (FIES), também contribuíram para a expansão desse nível de ensino.

A expansão do ensino superior tem acontecido principalmente com o ingresso de estudantes pertencentes a camadas de renda menos favorecidas, procedentes de escolas

públicas (COSTA; DIAS, 2015). É preciso explicar, nesse sentido, que existe uma medida que visa minimizar os impactos da desigualdade, instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata das cotas raciais, por meio da reserva de vagas nas IES destinadas a alunos pretos, pardos e indígenas, e pessoas com deficiência. As vagas são reservadas aos alunos de famílias com baixa renda e que tenham estudado em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Se a expansão do ensino superior leva ao ingresso de mais pessoas nesse grau de instrução, essa entrada não garante êxito educacional do aluno, pois diversos deles evadem antes de concluir o curso. Bocchini (2018) analisou dados do Mapa do Ensino Superior, publicado pela Agência Brasil em 2018, e citou que a evasão dos cursos de ensino superior no país atingiu 30,1% na rede privada e 18,5% na rede pública. Nos cursos de educação a distância (EaD) o índice chegou a 36,6% na rede privada e a 30,4% na rede pública.

São diversas as razões que podem levar à evasão, entre elas a insatisfação com o curso escolhido, fatores ligados às características do indivíduo e/ou questões pessoais, além de problemas financeiros e de adaptação ao novo ambiente acadêmico (AMBIEL; BARROS, 2018; COSTA; DIAS, 2015). Há um consenso entre autores que a evasão é um fenômeno social de difícil compreensão, que vem preocupando as instituições de ensino, visto que sua ocorrência provoca consequências sociais, acadêmicas e econômicas (AMBIEL; BARROS, 2018; BAGGI; LOPES, 2011; COSTA; DIAS, 2015). A evasão na graduação, explicam Cunha, Nascimento e Durso (2016), pode gerar um desperdício financeiro e intelectual, ou seja, um mau aproveitamento tanto do recurso público quanto do investimento do discente, visto que sob a ótica do estudante, começar o curso de graduação e não dar prosseguimento também gera custo, considerando recursos financeiros e o tempo gasto com atividades relacionadas à vida acadêmica que não será continuada.

O desafio de garantir a permanência dos alunos nas universidades tem aumentado os esforços das instituições por políticas de enfrentamento a esse fenômeno, e de acordo com Costa e Dias (2015), as IES têm uma função indispensável para que os alunos não se evadam, e devem buscar formas de permanência, considerando não só a infraestrutura ofertada, mas também auxílio moradia, auxílio transporte, bibliotecas, refeitório, acessibilidade entre outras ações de enfrentamento à evasão. É necessário, portanto, que as IES possuam programas específicos para o fortalecimento da permanência do seu aluno.

Além das políticas institucionalizadas de enfrentamento à evasão e incentivo à permanência, iniciativas ou ações pontuais propostas pela comunidade acadêmica, bem como o monitoramento e avaliação dessas ações podem contribuir para a retenção do discente e consequente redução da evasão. Para Baggi e Lopes (2011), embora poucas instituições brasileiras possuam programas para enfrentamento do problema da evasão, há evidências de que ações específicas possibilitam a redução do quantitativo de estudantes evadidos. No entanto, para que ações específicas possam ser bem sucedidas entende-se ser necessário o envolvimento da comunidade acadêmica, tornando necessária a discussão dos papéis de todos os envolvidos, tanto na divulgação dessas ações quanto em sua implementação.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), campo dessa investigação, diversas são as políticas afirmativas institucionalizadas no sentido de dar condições ao discente de permanecer na Universidade ao longo da integralização de todo o curso. No entanto, ações e políticas pontuais, porventura adotadas pelos cursos são desconhecidas, inserindo-se entre esses cursos, o curso de graduação em Ciências Contábeis oferecido pela Unidade Acadêmica Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social (Faces), no campus Pontal. Nesse sentido, algumas questões são levantadas: (i) além das políticas institucionalizadas existem ações pontuais, propostas pela Unidade Acadêmica e curso, no sentido de enfrentamento da evasão e contribuição à permanência do discente? (ii) o que os atores institucionais conhecem sobre a evasão e sobre o que a instituição oferta de

políticas afirmativas de permanência?; (iii) como as políticas institucionalizadas são informadas aos discentes do curso?

Diante do exposto, discute-se nesta pesquisa o papel da comunidade acadêmica, por meio de seus atores institucionais, em relação ao conhecimento sobre as políticas afirmativas de permanência e engajamento nas estratégias de enfrentamento à evasão no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Faces/UFU, tendo como objetivo analisar a contribuição de cada ator da comunidade acadêmica quanto ao conhecimento e comunicação das políticas afirmativas institucionalizadas e pontuais. Busca-se, dessa forma, responder ao questionamento: qual a contribuição dos diferentes atores institucionais na implementação, engajamento e aconselhamento ao discente sobre as políticas afirmativas institucionalizadas e pontuais de enfrentamento à evasão, a fim de promover a permanência do discente? Oportuno destacar que, embora o(a) discente seja o principal ‘ator’ da comunidade acadêmica, nesta pesquisa os atores institucionais são entendidos como o(a) diretor(a) da UA Faces, o(a) coordenador(a) do curso e o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis.

Para responder às problematizações serão mapeadas as políticas afirmativas ofertadas pela IES no sentido de estimular a permanência do discente no ensino superior e com isso evitar e/ou minimizar a evasão, bem como serão investigadas quais ações a comunidade acadêmica Faces/UFU e o próprio curso de graduação em Ciências Contábeis adotam, no sentido de contribuir com o processo de informação ao discente sobre as políticas institucionalizadas e sobre ações pontuais de incentivo à sua permanência.

A realização deste estudo é justificada por motivação pessoal da pesquisadora que ao longo do período em que cursou a graduação em ciências contábeis observou que a quantidade de discentes ingressantes e concluintes era muito diferente, pois menos da metade de um total de quarenta ingressantes concluíam a graduação no tempo de integralização previsto. Ao propor uma discussão sobre a participação de diferentes envolvidos nas questões relativas ao problema da evasão discente no ensino superior, os resultados podem apontar questões até então ainda não observadas pela comunidade acadêmica. A intenção de identificar as ações de enfrentamento à evasão pode contribuir no sentido de se buscar estratégias para comunicação dessas aos discentes, ou para ampliar os canais e estratégias de comunicação, se estas forem confirmadas. minimizar tal fenômeno, tanto no curso quanto na Unidade Acadêmica onde o mesmo é ofertado e até mesmo na própria UFU. Mesmo que os resultados não possam ser generalizados a outros cursos e IES, espera-se que contribuam para as discussões relacionadas às políticas e ações específicas de enfrentamento da evasão.

## 2 EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

A evasão é um fenômeno social que leva ao abandono escolar, e como explicam Silva Filho *et al.* (2007) pode ser expresso pelo número relativo de estudantes que tendo iniciado um curso não o completa durante certo número de anos, deixando de frequentá-lo antes da sua conclusão. No contexto acadêmico, a evasão é entendida como a saída do aluno do sistema de ensino (BAGGI; LOPES, 2011), sendo que para Silva *et al.* (2018) o ato de evadir se refere a uma desistência ou abandono.

A evasão pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo, desde que tenhamos acesso a dados e informações pertinentes. Em princípio, pode-se estudar a evasão no âmbito de uma IES, ou em um sistema, ou seja, um conjunto de instituições (SILVA FILHO *et al.*; 2007, p. 644).

O Ministério da Educação classifica a evasão no ensino superior em: (i) evasão do curso por meio do desligamento ou abandono, transferência ou escolha de outro curso, ou trancamento; (ii) evasão da instituição que ocorre quando o aluno é desvinculado da

instituição na qual está matriculado; e (iii) evasão do sistema: abandono absoluto dos estudos ou o abandono somente durante algum tempo (CAVAZINI, 2017). Lobo (2017) afirma que evasão do curso é considerada como aquela em que o aluno deixa o curso por qualquer razão: opta por outra escolha de curso permanecendo na IES, muda de curso e de IES, ou simplesmente abandona os estudos universitários. Já a evasão da instituição de ensino é entendida como apenas a troca de instituição e a evasão do sistema é considerada como aquela em que o aluno para de estudar e se desliga do sistema de ensino.

De acordo com Cavazini (2017) as IES, por meio de seus conselhos de graduação, preveem algumas situações em que a evasão pode vir a ocorrer:

O abandono de curso é previsto, por exemplo, quando o discente atinge o limite permitido de trancamentos gerais e deixa de matricular-se no período letivo imediatamente subsequente; o jubilamento é a perda de vínculo com a instituição pela não conclusão do curso no tempo máximo previsto em projetos pedagógicos ou por rendimento acadêmico insuficiente; a mobilidade acadêmica, apesar de não ser uma evasão definitiva, é um período em que o discente tem a oportunidade para a realização de atividades acadêmicas em outras IES, brasileiras ou estrangeiras, distintas daquela com a qual mantém vínculo, no âmbito de convênios específicos; a transferência facultativa é um processo por meio do qual o discente pode solicitar matrícula em outros cursos ou em outras IES (CAVAZINI, 2017, p. 7).

De acordo com Fialho (2008) a evasão leva a prejuízos sob os aspectos econômico, social e humano, já que as vagas não ocupadas poderiam ter sido aproveitadas por outras pessoas. Lobo (2017) também concorda que o abandono do discente sem a conclusão dos seus estudos representa uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino. Se compreendida como uma problemática social, os motivos que levam a evasão devem ser discutidos e eliminados ou, no mínimo, reduzidos. Schirmer e Tauchen (2019) explicam que a literatura aponta vários fatores que levam o estudante a evadir-se do ensino superior classificando-os em características individuais dos estudantes e fatores internos e externos às instituições como exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Fatores que levam a evasão no ensino superior

| Fatores                                    | Relativos a:   |
|--|--|
| Características individuais dos estudantes | Habilidades de estudo; relacionados à personalidade; à formação escolar anterior; à escolha da profissão; à adaptação a vida universitária; à incompatibilidade entre a vida acadêmica e as cobranças do mundo do trabalho; ao desencanto ou à desmotivação dos estudantes com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; às dificuldades na relação ensino-aprendizagem, expressas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; à falta de conhecimento a respeito da natureza dos cursos; e à descoberta de novos interesses que levam à realização de um novo processo seletivo.                         |
| Fatores internos às instituições           | Questões acadêmicas como: currículos desatualizados; pré-requisitos; falta de compreensão sobre o projeto pedagógico do curso; questões didático-pedagógicas como o critério de avaliação do desempenho acadêmico; falta de formação pedagógica ou desinteresse docente; ausência ou poucos programas institucionais para apoio ao estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento); cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; escassa estrutura de apoio ao ensino de graduação (laboratórios de ensino, equipamentos de informática), entre outros. |
| Fatores externos às instituições           | Mercado de trabalho; ao prestígio social da carreira escolhida; à qualidade da escola do Ensino Fundamental e Médio; às conjunturas econômicas; à desvalorização da profissão; às dificuldades financeiras do estudante, às dificuldades de atualização das instituições perante os avanços tecnológicos, econômicos e sociais; e à ausência de políticas governamentais sólidas e continuadas voltadas à Educação Superior.   |

Fonte: Adaptado de Schirmer e Tauchen (2019).

Embora estudos atribuem as causas da evasão aos próprios discentes, Baggi e Lopes (2011, p. 356) explicam que “é importante que se priorize também a compreensão das questões de ordem acadêmica, como as expectativas do aluno em relação ao curso ou à instituição que podem encorajá-lo ou desestimulá-lo a priorizar a conclusão do curso”, e por isso citam a avaliação institucional. Para os autores:

A autoavaliação das IES como um processo permanente de reflexão sobre todas as ações institucionais, como estrutura, atividades de ensino, pesquisa, extensão, relações externas e internas, associadas às atividades administrativas, produz conteúdos necessários para orientar a gestão da direção institucional [...]. O caminho do conhecimento institucional e de seus problemas internos está em programas que proponham mudanças que possam reverter, entre outras medidas, o elevado número de evadidos (BAGGI; LOPES, 2011, p. 366).

De acordo com Bonnas (2019, p. 23) “a evasão não pode ser explicada por um ou por poucos fatores, configurando-se como um fenômeno complexo e multifacetado, sendo necessário conhecer cada um de seus componentes a fim de melhor explorar e compreender sua ocorrência em um caso concreto”. Se se considerar a evasão como consequência da falta de políticas ou decorrente de políticas ineficientes ou de suas lacunas, entende-se que as IES precisam conhecer e analisar, separadamente ou de forma conjunta, os fatores que podem levar a evasão para estabelecerem ações e políticas que sejam mais adequadas a sua realidade.

## **2.1 POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E NA UFU**

Políticas públicas, de acordo com Silva e Santos (2017, p. 742), referem-se a “um conjunto de programas, atividades e ações concebidas pelo Estado, com a participação de entidades privadas ou públicas tendo o intuito de garantir determinado direito de cidadania para algum segmento social, étnico ou econômico”. Cavalcanti (2012) *apud* Moura (2018) define políticas públicas como a escolha de um governo de agir ou não agir perante um problema expresso em regulamentos, leis, decretos e ações governamentais. No campo da educação, o Estado tem desenvolvido políticas para a inclusão de alunos com poucas possibilidades de acesso às instituições públicas e privadas.

No ensino privado o FIES instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é um programa do Ministério da Educação (MEC), com o intuito de viabilizar o ingresso no ensino superior por meio de concessão de financiamento da graduação em redes de ensino privadas (MEC, 2021). O Prouni instituído pelo MEC por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, é outra política que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais, para quem deseja estudar em instituições privadas com ou sem fins lucrativos (que adotam o programa), e não têm condições de arcar com o valor da faculdade. Essa bolsa é destinada a alunos com deficiência; alunos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas ou privadas com bolsa integral (BRASIL, 2005).

Outro exemplo de política, esta voltada a instituições públicas de ensino, foi a instituição, no ano de 2007, do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (Reuni) por meio do Decreto nº 6.096/2007 que possui como meta a ampliação do acesso e permanência do discente na graduação (BRASIL, 2007). O programa objetiva minimizar as taxas de evasão, ampliar as vagas de ingressos oferecidas nas instituições, ocupar vagas ociosas e amplia-las; expansão da mobilidade estudantil; conferência da estrutura acadêmica caso necessite de reorganização dos cursos e atualização nas metodologias de ensino; tornar variadas as modalidades de graduação; expansão de

políticas de inclusão social e assistência estudantil; e a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

O SiSU é outro programa do governo federal criado em 2010, que contribui para a possibilidade de ingresso em um determinado curso. Por meio de um sistema informatizado do Ministério da Educação, é feito o gerenciamento da oferta de vagas por instituições públicas de ensino superior para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Apenas estudantes que fizeram este exame e que obtiveram nota superior a zero podem se inscrever no programa. A seleção dos candidatos é feita por medição de desempenho, ou seja, melhor classificação (BRASIL, 2010a).

De toda forma, a possibilidade de ampliação de ingressos no ensino superior, por si só, não é suficiente para a manutenção dos discentes até sua formação. Desse modo, no ano de 2010, foi instituído o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234/2010, para dar suporte à educação superior pública federal com o intuito de oferecer ao estudante condições de frequentar e se manter na instituição com ações direcionadas a “moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção a saúde; inclusão digital; cultura; esporte, creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010b, p. 1-2). Os recursos são repassados às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) que precisarão programar as ações de assistência estudantil para atendimento aos objetivos do PNAES descritos no artigo 2º:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para promoção da inclusão social pela educação (BRASIL; 2010, p. 1)

Também é possível desenvolver programas institucionais através da avaliação institucional, como afirmam Baggi e Lopes (2011), pois esta avaliação, segundo os autores, proporciona informações à universidade, sendo capaz de antecipar procedimentos que possibilitam colaborar com processos acadêmicos e administrativos para minimizar a evasão. Por isso, alguns exemplos de ações próprias das instituições são citados em estudos que investigam a evasão e permanência de estudantes no ensino superior.

Costa e Dias (2015) exemplificam uma ação de uma instituição de ensino superior privada nos Estados Unidos que acolhe de forma integral e diferenciada os ingressantes, independente da renda ou minorias étnicas. A instituição possui um programa chamado Experiência do Primeiro Ano (*The First-Year Experience*), que oferece moradia para todos ingressantes, para que em seu primeiro ano obrigatoriamente morem no campus. A proposta foi criada em 2008, no intuito de incentivar a interação e a aprendizagem de forma em que os alunos, professores e tutores participassem conjuntamente. Segundo os autores:

A universidade disponibiliza auxílio de tutores, grupos de estudos, oficinas para o desenvolvimento de habilidades de estudos e de pensamento crítico. São oferecidos ainda apartamentos adaptados para aqueles que possuem deficiência visual, de mobilidade ou surdez, além do auxílio de intérpretes para linguagem libras, audiolivros, serviço de anotação em aula e leitura. Além de atendimento médico, orientação para estudantes internacionais, apoio psicológico e aconselhamento religioso e, no caso dos que necessitam de apoio financeiro, são disponibilizadas bolsas de estudos. A universidade considera que graças ao conjunto dessas ações seus dados de evasão no 1º ano são bem baixos, chegando a índices de permanência na universidade de 97% (COSTA; DIAS, 2015, p. 57).

No Brasil, a experiência da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) que oferta programas como Bolsa Permanência, Transporte Intercampi, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia é citada por Araujo e Leite (2014). Sobre a Bolsa Permanência, ofertado aos discentes em situação de vulnerabilidade social, Araujo e Leite (2014, p. 793) apontam que o aspecto positivo mais relevante “está relacionado com o auxílio financeiro propriamente dito e a contribuição geral para permanência do estudante na universidade”. Também são necessárias políticas de valorização da permanência, para acolhimento e acompanhamento dos estudantes durante a vida universitária, de modo a criar condições para superação das limitações por fatores de ordem econômica ou de dificuldades de aprendizagem, de forma a propiciar “conexões entre professores, alunos veteranos e ingressantes para facilitar o acesso às informações, adaptação ao mundo acadêmico e orientações oportunas sobre mudança de área ou de curso” (SCHIRMER; TAUCHEN, 2019, p. 329).

De acordo com Campos (2018) raríssimas instituições de ensino superior desenvolvem práticas de fortalecimento da permanência estudantil que ultrapassem as recomendações da PNAES, sendo que “[...] as instituições têm adotado precipuamente estratégias relacionadas às orientações da PNAES para o fortalecimento da permanência, sendo comum o oferecimento de auxílios/bolsas, tais como: auxílio alimentação, bolsa permanência, auxílio transporte, auxílio moradia”, sendo que “algumas IES, além das práticas preconizadas pelo PNAES, desenvolvem projetos e programas de acolhimento aos estudantes e também oferecem bolsas de monitoria e de incentivo à iniciação científica” (CAMPOS, 2018, p. 197).

Destaca-se que as políticas e ações a fim de incentivar a permanência dos discentes e evitar a evasão, quando institucionalizadas, são detalhadas pelas IES em suas páginas oficiais, como ocorre na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Na UFU a Política de Assistência Estudantil foi estabelecida por meio da Resolução nº 15/2009 do Conselho Universitário, e implementada pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) (UFU, 2009). Destaca-se que a assistência estudantil da Universidade está inserida no PNAES (UFU, 2020). Para executar a política de assistência estudantil foi criada por meio da Resolução nº 06/2016, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae) para promover e viabilizar o acesso, permanência e conclusão dos discentes nos cursos da universidade.

Na UFU as políticas e ações de enfrentamento a evasão e incentivo à permanência se classificam em assistência estudantil e auxílios. São os seguintes os programas de assistência estudantil: Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes; Programa de Alimentação; Programa de Moradia; Programa de Transporte; Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes de Baixa Condição Socioeconômica (UFU, 2020). Esses programas tem como resultado os auxílios alimentação; creche, acessibilidade; material didático; mobilidade acadêmica; moradia; Promisaes; transporte intermunicipal; transporte urbano; bolsa permanência – PBP/MEC (UFU, 2019); Programa Institucional de Graduação Assistida (Prossiga) (UFU, 2021). Em algumas situações o objetivo de cada política não está citado na página da Proae, como ocorre, por exemplo, com políticas que possuem resolução específica. A descrição de cada auxílio apresentada no Quadro 2 leva ao entendimento de que, ao final, todos os auxílios tem por objetivo promover a permanência e, com isso, reduzir a evasão.

Quadro 2 - Políticas Afirmativas da Universidade Federal de Uberlândia

| AUXÍLIO        | DESCRIÇÃO  | OBJETIVO       |                        |
|----------------|--|----------------|------------------------|
|                |  | Reduzir evasão | Promover a permanência |
| Acessibilidade | Ofertado ao discente da graduação presencial que apresente algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, de baixa condição socioeconômica, além de fragilidade socioeconômica. Para habilitar-se deverão estar entre os alunos classificados nas categorias “E” e “D” “C” se ainda houver disponibilidade orçamentária. |                | X                      |

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
| Alimentação  | Ofertado a estudantes selecionados em processo de análise socioeconômica, a fim de apoiar o discente em suas necessidades básicas de alimentação, mediante o repasse de recursos financeiros de R\$ 180,00 a R\$ 250,00 nos campi fora de sede onde não há Restaurante Universitário (RU) ou acesso ao RU a uma ou duas refeições diárias. Na categoria Classe Socioeconômica “C”, é oferecida a Bolsa Tipo I com direito ao café da manhã e uma refeição diária, de segunda a sábado, no próprio restaurante e; já na categoria Classe Socioeconômica “D” e “E”, é oferecida a Bolsa Tipo II com direito ao café da manhã, almoço e jantar, de segunda a sábado, no próprio restaurante.  |   | X |
| Creche   | Ofertado a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e que possuem filhos menores de seis anos (com guarda comprovada), no intuito de garantir a permanência e a conclusão do curso, dirimindo os riscos de retenção e evasão. Será paga apenas uma bolsa por criança menor de seis anos.  | X | X |
| Material didático  | Suporte financeiro para viabilizar a aquisição de material didático a discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.   |   |   |
| Mobilidade acadêmica   | Busca atender aos discentes que se encontram vinculados aos programas de mobilidade nacional ou internacional atestado pela UFU, em situação de fragilidade socioeconômica, oferecidos aos discentes classificados nas categorias “E” e “D”, prioritariamente. Ao ser contemplado por este auxílio, caso o discente receba também auxílio moradia, alimentação e transporte, estes serão suspensos durante a vigência da Bolsa Mobilidade.   | X | X |
| Moradia  | Ofertado a discentes que cursam a graduação de forma presencial, selecionados em processo de análise socioeconômica, cuja família resida em município distinto daquele onde o estudante desenvolve sua atividade acadêmica. O auxílio é de R\$400,00/mês, a discentes classificados na categoria socioeconômica “E” e “D” prioritariamente e “C”, em caso de disponibilidade orçamentária.   | X |   |
| Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES | Ofertado a discentes estrangeiros com o objetivo de alavancar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos, especialmente africanos, nas áreas de educação e cultura, por meio da de auxílio financeiro em R\$ para discentes estrangeiros. É necessário que a universidade esteja vinculada ao Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e receba regularmente, estudantes estrangeiros.  |   |   |
| Transporte Intermunicipal e urbano                             | Ofertado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica de cursos regulares e presenciais, a fim de apoiá-los na questão mobilidade ao acesso até o <i>campi</i> em que estuda.  |   |   |
| Bolsa permanência - PBP/MEC                                    | Programa criado pelo Ministério da Educação – MEC, voltado a discentes que estudaram em escola pública e matriculados em IFES, em situação de vulnerabilidade econômica e para estudantes indígenas e quilombolas. É necessário que os discentes estejam matriculados em cursos de graduação com mais de cinco horas de carga horária diária (somente os cursos de Medicina e Biomedicina enquadram-se nesse critério). O auxílio-financeiro disponibilizado é de R\$400,00 mensais, mas para os discentes indígenas e quilombolas o valor disponibilizado é de pelo menos o dobro, devido suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pelo Constituição Federal. O limite máximo da bolsa Permanência é de um semestre. |   | X |

Fonte: Adaptado de UFU (2013, 2015a, 2015b, 2015c, 2021); MEC (2012).

Em decorrência da pandemia da Covid-19 a UFU, no ano de 2020, instituiu o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, sendo esta uma ação voltada à democratização do acesso às

tecnologias da informação, de modo a permitir a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica nas atividades acadêmicas remotas promovidas pela Universidade durante o período da pandemia. Outra política institucionalizada na UFU para combater a retenção e a evasão nos cursos de graduação da IES é o Programa Institucional de Graduação Assistida (Prossiga), vinculado à Diretoria de Ensino (Diren).

O Prossiga consiste em um conjunto de subprogramas denominados Procor e Prolab. O Subprograma Combate à Retenção e Evasão (Procor) tem por finalidade:

[...] apoiar propostas pedagógicas e administrativas que visam combater a retenção e evasão nos cursos de graduação da UFU; estimular a melhoria do ensino da graduação por meio do desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito das disciplinas; apoiar financeiramente, por meio de bolsas de graduação aos estudantes, os projetos que objetivam desenvolver atividades, metodologias e práticas pedagógicas inovadoras, ampliando as oportunidades de estudos, com possibilidade de impacto na aprendizagem e nos índices de retenção e evasão na área, podendo ser: cursos de nivelamento, cursos de reforço, minicursos, atendimentos individuais e/ou em pequenos grupos, formação de grupos de estudo, produção de materiais de estudo, apoio de ensino a distância para disciplinas presenciais, monitorias, tutorias, acompanhamento do rendimento dos estudantes, dentre outras (UFU, 2021, p. 1).

O Subprograma Laboratórios de Ensino de Graduação (Prolab), por sua vez, tem a finalidade de:

[...] financiar propostas que visam a melhoria das condições de funcionamento dos laboratórios de ensino de graduação das Unidades Acadêmicas da UFU; apoiar propostas pedagógicas e administrativas que visam o combate à retenção e evasão nos cursos de graduação da UFU; estimular a melhoria do ensino da graduação por meio do desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito dos componentes curriculares; apoiar financeiramente projetos que objetivam desenvolver atividades, metodologias e práticas pedagógicas inovadoras, ampliando as oportunidades de estudos, com possibilidade de impacto na aprendizagem (UFU, 2021, p. 1).

Além de programas pontuais como o Prossiga, as IES, de forma geral, podem adotar outras ações pontuais para reduzir a evasão. Furtado e Alves (2012, p. 124) citam, por exemplo, o “incremento das atividades de orientação vocacional aos alunos [...]” e a “[...] criação de “oficinas” para o resgate de alunos com uma formação deficiente no ensino médio”. Diogo *et al.* (2016) também destacam estratégias citadas por coordenadores de curso que podem ser implementadas como ações internas nos próprios cursos: socialização do projeto político pedagógico do curso; maior articulação teórico-prática, principalmente por meio da oferta de estágios aos estudantes; investimento na formação continuada dos professores; promoção de melhorias na infraestrutura etc.; a postura “amiga” e a formação de laços afetivos entre alunos e professores; e a oferta semestral das disciplinas que mais reprovam para evitar a perda de um ano letivo completo no caso de reprovação do discente.

A atuação do docente como uma ação pontual, é destacada por Vaz (2017) ao afirmar que o trabalho do professor universitário é de muita importância para que o estudante permaneça no ambiente universitário. Para a autora “[...] é preciso que os professores sejam capazes de rever métodos de ensino, redimensionar conteúdos, sem pretensão de simplificação, ao contrário, com a finalidade de aprofundar conhecimentos e experiências [...]” (VAZ, 2017, p. 7). A criação de vínculos entre discentes e docentes também é apontada como uma didática mediada pela sensibilidade.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo possui abordagem qualitativa quanto ao problema e exploratória quanto ao objetivo, sendo o campo investigado restrito ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, em Ituiutaba. Para a coleta de informações sobre as políticas e ações de enfrentamento institucionalizadas foi realizada pesquisa no site da instituição, sendo que essas informações compõem parte da fundamentação teórica desta pesquisa. Na página online da unidade acadêmica Faces foram coletadas informações sobre possíveis ações pontuais de enfrentamento a evasão e incentivo à permanência que porventura sejam adotadas.

Para identificação e levantamento dos índices da evasão no curso ao longo dos anos de oferta foi consultada a Coordenação do curso, por meio de comunicação eletrônica (e-mail). Consultas eletrônicas à coordenação do curso e Proae foram realizadas para identificação do número de discentes já contemplados com auxílios das políticas afirmativas. Por fim, foram realizadas entrevistas com a diretora da Unidade Acadêmica, com o coordenador e o corpo docente, para coleta de informações sobre as políticas institucionalizadas e sobre ações pontuais de enfrentamento a evasão e incentivo à permanência.

A entrevista, com um roteiro semiestruturado, foi aplicada inicialmente na forma de entrevista piloto a um docente do curso, o que evidenciou a necessidade de pequenos ajustes a fim de transformar perguntas objetivas respondidas com sim ou não, para outras em que o/a entrevistado(a) fosse solicitado a “comentar”, “dar sua opinião” “sugerir”. As informações obtidas na entrevista piloto não foram inclusas na discussão dos resultados. Foi solicitada anuência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para uso e interpretação das respostas. Consultados sobre o envio das gravações antes da análise, os(as) entrevistados(as) não viram essa necessidade.

As entrevistas foram realizadas no período de 28/09/2021 a 19/10/2021, e as informações coletadas referem-se ao ano de 2021. O corpo docente do curso em tela é composto por 10 professores, mas apenas cinco deles compõem a amostra investigada. As entrevistas foram cedidas pela diretora da Unidade Acadêmica, pelo coordenador do curso, e por cinco docentes. Quatro entrevistas foram realizadas por webconferência através da plataforma Google Meet, após convite e agendamento prévio, e foram gravadas para análise posterior. Duas entrevistas foram solicitadas de forma escrita e por e-mail, visto que os(as) docentes não possuíam disponibilidade de agenda, tendo sido recebida uma única devolutiva, pois mesmo após reiteradas solicitações um dos docentes optou pela não resposta. Oportuno esclarecer que o coordenador do curso também respondeu na condição de docente.

O roteiro de entrevista teve como categoria de análise as “Políticas de enfrentamento à evasão e incentivo à permanência”; como dimensões de análise: (i) **conhecimento** dos motivos da evasão; das políticas institucionalizadas e pontuais; dos canais de comunicação aos discentes; e (ii) **engajamento** no incentivo à permanência dos(as) discentes; e na divulgação das políticas aos discentes. Ao final, solicitou-se ao(a) entrevistado(a) uma reflexão e avaliação de sua contribuição no sentido de minimizar a retenção e evasão no curso, visto que essa reflexão poderia levar à sugestões de ações para o enfrentamento desse problema. Para isso foi feita a seguinte pergunta: “Existe algo que você poderia ou gostaria de sugerir para evitar a evasão e retenção no seu curso?”. No Quadro 3 é apresentado o roteiro com as questões norteadoras.

Quadro 3 – Categoria, dimensões de análise e questões norteadoras

|  |
|--|
| Categoria de análise: políticas de enfrentamento à evasão e incentivo à permanência  |
| Dimensão de análise 1: conhecimento  |
| Q1. Comente sobre a evasão de alunos em seu curso/UA [e sobre o impacto da evasão para o curso ou UA].<br>➔ Em sua opinião, o que ocorre no curso/UA (quais os motivos) que ocasiona ou influencia a evasão?<br>(pergunta adicional, caso a Q1 não fosse esclarecedora o suficiente) |
| Q2. Você percebe algum impacto psicológico [causado pela evasão] nos discentes remanescentes?  |
| Q3. De que forma é feita a identificação de discentes em risco de evasão? Você conversa com os discentes para  |

|   |
|---|
| tentar identificar um risco de abandono do curso?<br>Q4. De alguma forma, os docentes [mais próximos aos discentes] relatam à coordenação/UA situações de risco de evasão? O que é feito com essa informação? [p.e.: esse assunto é pautado/discutido em reuniões]?<br>Q5. Fale-me sobre as políticas institucionais de enfrentamento à evasão e incentivo a permanência que a UFU oferta aos discentes? De que forma os discentes do curso tomam conhecimento dessas políticas institucionais?<br>Q6. Em sua opinião, de que forma as políticas e ações institucionais têm influenciado para minimizar a evasão e assim possibilitar a permanência na UA/curso? Como os resultados são acompanhados e mensurados?  |
| Dimensão de análise 2: engajamento  |
| Q1. Quais ações a direção UA/curso tem proposto para minimizar a evasão e incentivar a permanência dos discentes? Essas ações são acompanhadas e mensuradas pela direção/coordenação?<br>Q2. Quais ações seu curso já propôs e utilizou ou quais ações você, enquanto docente, adota no sentido de enfrentamento a evasão e incentivo a permanência?<br>→ Quais os resultados dessas ações no controle e redução da evasão (se confirmadas na respostas à Q2)?<br>Q3. De que forma os alunos tomam conhecimento das políticas institucionais da IES?<br>Q4. Se existem políticas e ações pontuais da UA/curso, como elas são comunicadas aos discentes?<br>Q5. Já foram feitos estudos sobre a satisfação do discente com o curso?<br>Q6. Quando o discente abandona o curso, ele é procurado para se conhecer o motivo ou é incentivado a voltar? Como é feito esse contato ou porque não é feito esse contato?<br>Q7. O que você faz para comunicar e ajudar no processo de informação ao discente sobre as políticas e ações institucionalizadas e pontuais do curso (se confirmadas na respostas à Q2)? |

Fonte: elaborado pela autora.

Para o tratamento das informações coletadas foi usada análise interpretativa para discussão das respostas dos/das entrevistados(as), aos quais foram atribuídos códigos alfanuméricos, constituído da letra D (para docente) e o número (1, 2, 3...) para se referir a cada docente entrevistado(a); para a Diretora Acadêmica usou-se o código DA; para o Coordenador do Curso e docente usou-se o código CD, da fim de manter o sigilo e anonimato.

#### 4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados referem-se às entrevistas realizadas com a Diretora Acadêmica da Faces, com o coordenador do curso de Ciências Contábeis e com apenas cinco de um total de dez docentes efetivos do curso de Ciências Contábeis da Faces/UFU, pelo motivo de um docente não ter disponibilidade de agenda para a entrevista e por não ter respondido o roteiro de entrevista enviado por e-mail; dois docentes serem membros da banca avaliadora desta pesquisa; e outros dois docentes estarem afastados para doutorado.

Para a discussão dos resultados foi necessário conhecer as políticas de enfrentamento institucionalizadas na UFU. A pesquisa no site da instituição revelou que a instituição oferta bolsas e auxílios, já apresentados no Quadro 2, os quais foram instituídos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234/2010. Esses auxílios são concedidos aos discentes mediante análises realizadas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Na Faces/UFU, quando um semestre letivo se inicia, a primeira semana é chamada de Semana de Integração e os/as técnicos da Proae participam desse momento e apresentam aos discentes os objetivos de cada política bem como a forma e condições para que o/a discente possa solicitar os mesmos.

Informações sobre o número de discentes do curso já contemplados com bolsas e auxílios inseridos nas políticas afirmativas da UFU foram solicitadas, por e-mail, à Proae, que reencaminhou a solicitação à Divisão de Assistência e Orientação Social (Diase), órgão subordinado à Diretoria de Inclusão, Promoção e Assistência Estudantil (DIRES) que tem como foco implementar a política de assistência estudantil no âmbito do serviço social e da moradia Estudantil na UFU. As informações referem-se aos anos de 2017 a 2021, pois foi nesse período que foram implantadas “algumas planilhas eletrônicas de controle” como justificado pelo técnico da DIASE que respondeu ao e-mail em 14/09/2021 No Quadro 4 consta o quantitativo de discentes contemplados por ano e tipo de auxílio recebido, onde se observa que o auxílio alimentação é aquele com maior frequência de discentes contemplados.

Quadros 4 – Discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis contemplados com políticas afirmativas institucionalizadas na UFU

| Políticas afirmativas     | Total de discentes contemplados/anos |      |      |      |      |
|---------------------------|--------------------------------------|------|------|------|------|
|                           | 2017                                 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Auxílio acessibilidade    | 01                                   | 01   | 01   | 01   | --   |
| Auxílio alimentação       | 23                                   | 30   | 30   | 23   | 10   |
| Auxílio moradia           | 11                                   | 11   | 11   | 10   | 10   |
| Auxílio transporte urbano | 15                                   | 15   | 12   | 10   | --   |

Fonte: elaborado pela autora com informações obtidas junto à Diase (por e-mail).

Foram consultadas informações junto à Coordenação do Curso para identificar se algum discente já participou dos Subprogramas Prolab e Procor inseridos no Programa Institucional de Graduação Assistida (Prossiga) que é uma política institucionalizada na UFU para combater a retenção e a evasão nos cursos de graduação. No entanto, não há registro dessa informação. Outra consulta foi realizada junto à Coordenação do Curso para conhecer os índices de evasão e retenção no curso. No entanto, foi justificado não ser possível fornecer os relatórios emitidos pelo Sistema de Gestão porque neles constam dados confidenciais dos discentes, e essas informações não são registradas em outro banco de dados. Foram informadas apenas a evasão e retenção do ano de 2019, que constam de um compilado de informações usado pelo curso para planejar ações para o período de 2022-2027. Nesse ano a evasão no curso foi de 12,46% enquanto a retenção totalizou 67,33%.

Como estudos científicos têm apontado que a evasão e retenção podem ser reduzidas quando os/as discentes se envolvem em ações específicas como Iniciação Científica, atividades de extensão, monitorias, estágios e outras atividades que os envolvam na vida acadêmica (CAMPOS, 2018; SCHIRMER; TAUCHEN, 2019), questionou-se à Coordenação do Curso sobre a participação de discentes nessas atividades e os resultados são apresentados no Quadro 5 onde observa-se como o/a discente do curso tem se envolvido com o curso.

Quadro 5 – Participação discente em atividades de ensino, pesquisa, extensão, estágios

| Anos/semestres |    | Participação discente |                 |                      |                     |                 |          |               |
|----------------|----|-----------------------|-----------------|----------------------|---------------------|-----------------|----------|---------------|
|                |    | Monitorias            |                 | Iniciação Científica | Atividades extensão | Projetos ensino | Estágio* | Total por ano |
|                |    | Remuneradas           | Não remuneradas |                      |                     |                 |          |               |
| 2008           | 1º | 01                    | 01              | --                   | 01                  | 01              | 01       | 06            |
|                | 2º | 01                    | 00              |                      |                     |                 |          |               |
| 2009           | 1º | 03                    | 00              | --                   | 03                  | --              | 02       | 09            |
|                | 2º | 01                    | 00              |                      |                     |                 |          |               |
| 2010           | 1º | 05                    | 01              | 01                   | 11                  | 01              | 07       | 31            |
|                | 2º | 03                    | 02              |                      |                     |                 |          |               |
| 2011           | 1º | 02                    | 03              | 01                   | 08                  | 01              | 09       | 30            |
|                | 2º | 03                    | 03              |                      |                     |                 |          |               |
| 2012           | 1º | 03                    | 00              | 03                   | 14                  | 02              | 13       | 39            |
|                | 2º | 02                    | 02              |                      |                     |                 |          |               |
| 2013           | 1º | 00**                  | 00**            | 04                   | --                  | --              | 03       | 11            |
|                | 2º | 04                    | 00              |                      |                     |                 |          |               |
| 2014           | 1º | 03                    | 00              | --                   | --                  | --              | 07       | 13            |
|                | 2º | 03                    | 00              |                      |                     |                 |          |               |
| 2015           | 1º | 04                    | 02              | 01                   | 23                  | --              | 01       | 35            |
|                | 2º | 04                    | 00              |                      |                     |                 |          |               |
| 2016           | 1º | 03                    | 00              | 02                   | 27                  | --              | 05       | 43            |
|                | 2º | 04                    | 02              |                      |                     |                 |          |               |
| 2017           | 1º | 03                    | 02              | 02                   | 10                  | 03              | 05       | 30            |
|                | 2º | 03                    | 02              |                      |                     |                 |          |               |

|                     |    |    |    |    |     |    |    |            |
|---------------------|----|----|----|----|-----|----|----|------------|
| 2018                | 1º | 04 | 01 | -- | 34  | -- | 04 | 46         |
|                     | 2º | 03 | 00 |    |     |    |    |            |
| 2019                | 1º | 03 | 02 | -- | 08  | -- | 05 | 21         |
|                     | 2º | 03 | 00 |    |     |    |    |            |
| 2020***             | 1º | 03 | 01 | -- | --  | -- | 08 | 15         |
|                     | 2º | 03 | 00 |    |     |    |    |            |
| 2021***             | 1º | 03 | 00 | -- | --  | -- | 11 | 17         |
|                     | 2º | 02 | 01 |    |     |    |    |            |
| Total por atividade |    | 79 | 25 | 14 | 139 | 08 | 81 | <b>346</b> |

Fonte: dados da pesquisa.

\* No curso o Estágio Obrigatório é realizado na forma de disciplinas de natureza obrigatória em laboratório de informática com software contábil. O Estágio Não Obrigatório é realizado externamente, em empresas, ou internamente, na UFU, mediante supervisão da Coordenação de Estágio do curso. Todos os estágios não obrigatórios realizados pelos discentes foram remunerados.

\*\* No período 2013-1 a Coordenação do Curso dispensou as bolsas e não ofereceu monitoria (UFU/FACIP/CONT/MI – 93/2013).

\*\*\* Em 2020 na primeira etapa das Atividades Acadêmicas Remotas (AARE) inicialmente foram ofertadas 3 vagas remuneradas que depois foram suspensas pela UFU. Em 2020 e 2021 as monitorias ocorreram no formato remoto.

Como o curso possui uma média de 160 (cento e sessenta) discentes regularmente matriculados o envolvimento deles em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão, estágios é relativamente baixo. Schirmer e Tauchen (2019) citam que a ausência ou poucos programas institucionais para apoio ao estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, Programa Especial de Treinamento (PET) são fatores internos que levam à evasão.

Após a apresentação das informações gerais sobre a evasão, retenção, recebimento de auxílios que incentivam a permanência do/da discente no curso (Quadro 4), e a participação dos/das discentes do curso de Ciências Contábeis em atividades acadêmicas (Quadro 5), analisa-se, na sequência, as respostas dos/das entrevistados(as), a fim de compreender o quanto conhecem sobre as políticas afirmativas institucionalizadas e pontuais e o quanto são engajados nas ações para identificar e comunicar essas políticas aos discentes.

#### **4.1 Análise da políticas de enfrentamento à evasão e incentivo à permanência: dimensão Conhecimento**

Percebe-se que os/as entrevistados(as) têm conhecimento sobre o problema social que é a evasão, e inclusive de seus percentuais. De modo geral conhecem superficialmente o impacto que a evasão causa ao curso e à Universidade, mas possíveis impactos em nível psicológico nos discentes remanescentes, não são muito percebidos por eles/elas.

A Diretora Acadêmica afirmou que “A Faces tem 12% de evasão, do período que nós fizemos o PIDE [...] porque usou o ano de 2019, eu tenho a impressão que se usasse o de 2021, a nossa evasão, eu não tenho dados, eu acredito que seria maior”. Ao falar da evasão no curso, a docente D2 entende que a evasão é um problema que “existe em qualquer curso e em qualquer instituição. No nosso curso de contábeis, há sim alunos que desistem no meio do caminho”.

A gente entra numa turma de quarenta alunos e acabam se formando aí 10%, 20%, é um número muito aquém do esperado né!? Tá muito abaixo das expectativas, e isso impacta com certeza, acaba gerando reflexos que a gente nem sabe, né... como serão amenizados, mas impacta negativamente”. (D2)

Quando perguntados sobre o que ocorre no curso, ou seja, quais os motivos que ocasionam ou influenciam a evasão, as causas citadas são inúmeras.

(...) vai as dificuldades que o aluno encontra, por exemplo, morar fora de casa, é... deixar a família, morar numa cidade longe, é... tem gente que tira de letra, mas nem todo mundo é igual, né? Tem gente que tem facilidade com isso, tem outros que não tem. Às vezes o aluno tem que parar o curso para trabalhar... (DA)

Alguns motivos são claramente suspeitos na minha visão. Por exemplo, logo no início do curso alguns alunos se assustam com o conteúdo matemático de algumas disciplinas e criam percepções erradas sobre a profissão do contador. Outros alunos naturalmente descobrem que não é isso que querem pra sua vida profissional. (D2)

O pessoal entra despreparado, muitas vezes, na universidade, sem uma boa educação básica, né... Principalmente os cotistas e aí acaba que não dá conta do curso [...], chega ali no primeiro ano do curso, aí já tem uma evasão relativamente grande, né. [...] Gente que vem de Uberlândia, gente que vem do Estado de São Paulo, é... a tendência é grande da pessoa querer voltar mais pra perto de casa e acaba tendo essa evasão. (CD)

São inúmeros fatores que podem ocorrer que vai desde a falta de responsabilidade do aluno no quesito comprometimento com o curso, não aproveitando todas as oportunidades que a universidade apresenta para que o estudante conclua o curso desde ao fato de não ser aquela profissão desejada para a vida. (D4)

Na fala dos(as) entrevistados(as) observa-se que eles/elas atribuíram as causas ou fatores que levam à evasão às características individuais dos estudantes citadas por Schirmer e Tauchen (2019) que envolvem por exemplo as habilidades de estudo, a formação escolar anterior, o desencanto ou a desmotivação dos estudantes com o curso escolhido, as dificuldades na relação ensino-aprendizagem, a falta de conhecimento a respeito da natureza do curso. Apenas a Diretora Acadêmica teve uma fala mais humanizada demonstrando preocupação com a adaptação do discente a uma cidade nova e a ausência da família.

Ainda em relação aos fatores que levam à evasão a entrevistada D1 comentou: “Disciplinas que possuem conteúdos não atraentes e que muitas vezes os alunos reclamam, por exemplo, matemática. Professores não dedicados, mal preparados.” Esses são fatores internos à instituição que também apareceram na fala de D2.

O conhecimento do/da entrevistado sobre discentes em risco de evasão foi questionado nas perguntas Q3 e Q4, a fim de saber como é feita a identificação de discentes em risco de evasão, ou se o/a entrevistado conversa com os discentes para tentar identificar esse risco. As respostas podem revelar a sensibilidade do/da docente em relação ao problema, bem como evidenciar, conforme destaca Vaz (2017), uma atuação pontual e de muita importância para que o estudante permaneça no ambiente universitário.

Pelo menos metade dos/das entrevistados disseram conversar com os/as discentes, no sentido de perceber se estão com alguma dificuldade ou identificar um risco de evasão, como por exemplo, a entrevistada D2 que disse: “[...] sempre tento dar atenção aqueles alunos que estão mais afastados, ausentes ou com dificuldades”. Por outro lado, tem quem diga que não realiza essa ação como o entrevistado D4, que ao ser perguntado respondeu com a palavra “Não”. O entrevistado CD disse: “é extremamente difícil você vê um aluno que está em dificuldade, um aluno que mora fora e abordar ele e falar pra ele: ou, é o seguinte, você tá pensando em sair do curso?” Sobre a evasão ser pautada em reuniões, esse mesmo entrevistado disse que “ela é discutida, às vezes”.

Como proposta para evitar a evasão e possibilitar a permanência, foi comentado pela Diretora Acadêmica que “estamos revendo o projeto pedagógico” e a entrevistada D1 respondeu que no curso a reformulação do projeto pedagógico “irá diminuir o tempo do curso para quatro anos, pois o aluno sabendo que concluirá mais rápido, é um incentivo para que ele permaneça até conseguir terminar a graduação”.

Em relação ao conhecimento das políticas afirmativas institucionalizadas de enfrentamento à evasão e incentivo à permanência, na forma dos auxílios e bolsas que a própria instituição oferta, nota-se desconhecimento por parte dos/das discentes. Na fala pontual do entrevistado D4 esse desconhecimento fica explícito: “Desconheço essas políticas”. A entrevistada D2 também afirmou: “Eu pelo menos desconheço algumas políticas da Universidade ou atuações que consigam reduzir a evasão”. Alguns entrevistados conhecem de forma superficial como se nota na fala de D1: “Os auxílios de moradia e alimentação são medidas que ajudam; atendimento psicológico também, porém, melhor realizado em Uberlândia, pois no Pontal é fraco”. Outros tem mais clareza como fica entendido nas falas a seguir: “Eu sei que a Pró-reitoria, responsável pelas bolsas, elas, na semana de integração, elas fazem uma palestra e falam sobre as bolsas que a universidade oferece[...] (D3).

Lógico, eu sei que existem as bolsas, né... que auxiliam... tem aí monitoria, bolsa também... tem moradia, e... enfim, não tô falando nem só da UFU aqui do Pontal, né?! Uberlândia também tem alguns programas sim, agora: ah... você [nesse caso foi uma pergunta retórica da entrevistada] conhece isso a fundo? Não, bem superficial. (D2)

As bolsas de assistência estudantil e a [pausa tentando se lembrar] e o [pausa] Prossiga, eu acho que são as propostas, né... interessantíssimas... de incentivar essa permanência. [...] Se tivesse uma pra você selecionar?! Ah... eu creio que assistência estudantil, né? Porque aí cê tem a refeição, cê tem o R.U., cê tem a... o auxílio moradia, o auxílio transporte e pensa se o aluno não tiver?! Como pagar aluguel da república, né? O campus recebe aluno do país inteiro, né... então eu penso que todas são muito importantes. [...] projeto pedagógico, a monitoria, a... os projetos de iniciação científica, de... extensão, nós temos o PET, o reconectando, né? Que tem essa pegada das ações afirmativas [...]. (DA)

O destaque dado pela Diretora Acadêmica à importância das políticas institucionalizadas, e instituídas legalmente, e ao Prossiga revela seu conhecimento quanto a essas ações. A entrevistada também faz destaque à importância do Projeto Pedagógico e às atividades acadêmicas como a monitoria, iniciação científica, extensão, enfim aos fatores internos às instituições e aos cursos, os quais de forma geral, podem incentivar a permanência dos discentes nos cursos. No entanto, nenhuma dessas ações institucionalizadas ou incentivadas nos cursos foram citadas pelo coordenador ou docentes entrevistados. A entrevistada D3 reflete que “a única coisa que eu acho que a gente pode fazer, assim... é tentar mais projetos, porque os projetos trazem bolsa [...] se a gente conseguisse mais bolsas de projetos de iniciação científica, de extensão...”.

#### **4.2 Análise da políticas de enfrentamento à evasão e incentivo à permanência: dimensão Engajamento**

Na discussão da dimensão anterior buscava-se compreender se além das políticas institucionalizadas existem ações pontuais, propostas pela Unidade Acadêmica e curso, a fim de enfrentar a evasão e contribuir para a permanência do discente, e também o que o corpo docente e coordenação do curso conhecem sobre a evasão e as políticas afirmativas de permanência. Já na dimensão Engajamento o objetivo é compreender como as políticas institucionalizadas são informadas aos discentes do curso e quais ações os atores da comunidade acadêmica entrevistados nesta pesquisa já propuseram e utilizaram no sentido de enfrentamento à evasão e retenção e incentivo à permanência. O engajamento seria compreendido também por meio da resposta à pergunta “Quando o discente abandona o curso, ele é procurado para se conhecer o motivo ou é incentivado a voltar, e como é feito esse contato ou porque não é feito esse contato?”.

Ao ser questionado se o aluno é procurado quando evade o entrevistado D4 comenta: “Creio que isto não seja tarefa do docente que ministra aula em sala e sim da equipe que é responsável por tal assunto”. Já a entrevistada D1 disse: “Acredito que essa prática não seja realizada. Mas deveria ser. Embora em alguns casos, a universidade perde o contato com o aluno, que muda de endereço, telefone, e-mail”.

Entre os entrevistados(as), quatro são mulheres, sendo elas a diretora acadêmica e três docentes, e as falas de todas revela uma maior sensibilidade em relação aos discentes, no sentido de questionar e perceber se eles/elas estão passando por alguma dificuldade e dessa forma poderem auxiliá-los.

[...] de vez em quando tem que ser um pouco mãezona, assim... O aluno quer um colinho pra chorar e no mundo de hoje tá tão difícil que eu acho um pecado quem, ah... não tem tempo... e negar [...] eu tento ajudar de alguma forma. (D2)

Você percebe que a pessoa tá com dificuldade [...] a instituição oferece apoio psicológico [*pausa*] mas se a pessoa tá faltando demais, ela já tá tendendo à evasão [*pausa*] mas falta talvez em algum momento, um olhar mais, ah!... mais assim, no sentido acolhedor. (D3)

Os(as) entrevistados(as) não conseguiram responder com clareza a forma que os discentes tomam conhecimento das políticas institucionais, e em geral, não são habituados a conversarem sobre essas políticas. Dessa forma, não conseguem comunicar e ajudar com informações relativas às políticas institucionais, mas a Diretora Acadêmica fez sugestões interessantes ao ser questionada sobre a divulgação dessas informações aos discentes, dizendo: “Ah!! Poderia ser divulgado e-mail, colocar alguma coisa na sala de aula, né? Nos quadros de avisos... [...] “o aluno não tem o hábito de entrar no site da UFU... [*pausa quando a entrevistada ficou pensativa*] [...] pensando bem fica muito restritivo, só o site [...] eles gostam no Instagram, né... de repente colocar no Instagram, né.”

É muito importante saber quais os fatores que influenciam na satisfação do discente com o curso, pois reflete o nível de qualidade da educação que está sendo prestada a esses discentes, contribuindo para o aperfeiçoamento do curso, e também para que o discente permaneça no curso até concluí-lo, pois a identificação e satisfação com o curso pode impedir o desencanto ou a desmotivação dos estudantes com os cursos escolhidos, que são apontados por Schirmer e Tauchen (2019) como fatores internos que podem levar a evasão. Sobre a importância de se conhecer a satisfação do discente o coordenador do curso disse:

Ué, servir pra detectar algum ponto aí que nós não estamos vendo, né... que não está adequado aí no o curso de alguma maneira, é... isso era para pra ser identificado na avaliação discente, né?! Os alunos apontarem algumas coisas em relação a alguns professores... e acabam que apontam, né?! Aí eu acabo passando para os professores, né... satisfação em relação as aulas dos docentes em si. Agora o curso como um todo, é... uma pesquisa dessa pode ser usada sim, pra detectar alguns pontos em que os alunos não estão contentes, para que possamos melhorar. (CD)

Por fim, ao serem questionados se os(as) entrevistados(as) poderiam sugerir alguma ação que não é mencionada em nenhuma política ou ação já existente no curso, percebe-se que eles/elas não conseguem sugerir muitas ações, mas que as poucas citadas são válidas. A entrevistada DA disse: “[...] nem sei se o termo mais correto é esse, mas que a gente tivesse um nivelamento, sabe? Que os alunos tivessem a oportunidade de ter... [*pausa*] conteúdos fora do horário de aula...”. A entrevistada D2 propõe: “de repente seria uma sugestão a Coordenação por um resumo dessas ações bolsas, desses incentivos e a gente... passa aí pros alunos.” A criação de uma identidade própria para o curso também foi considerada como uma ação pontual pela entrevistada D2.

Criar uma identidade própria para o curso de Contabilidade do Pontal de forma que o estudante ao ingressar saberá que ao fazer este curso terá no final conhecimento suficiente para melhorar o meio onde ele está inserido no qual ele juntamente com a sociedade se beneficiará com prosperidade. (D4)

Mesmo sabendo que ingressam 40 discentes no curso de Ciências Contábeis e menos da metade conseguem concluir no tempo previsto para a integralização, chama a atenção na fala dos(as) entrevistados(as) que a evasão desses discentes não tem destaque como objeto de estudo e discussões na Unidade Acadêmica e no curso, mesmo notando que pareça ser um anseio dos entrevistados a redução da evasão. Outra questão que emerge e que pode ser problematizada a partir das informações é se a evasão no curso não ocorre devido à ausência de políticas afirmativas e à desinformação dos atores institucionais entrevistados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, nessa pesquisa, responder à questão “qual a contribuição dos diferentes atores institucionais na implementação, engajamento e aconselhamento ao discente sobre as políticas afirmativas institucionalizadas e pontuais de enfrentamento à evasão, a fim de promover a permanência do discente?” Percebeu-se que os docentes entrevistados são desinformados quanto às políticas afirmativas na forma de bolsas e auxílios, e não são habituados a aconselhar e orientar sobre as políticas afirmativas.

Ao longo do curso quando os alunos e professores preservam um bom relacionamento em sala de aula e constroem uma relação amigável, o aprendizado se torna mais eficiente, além de conseguiram trocar experiências e informações. Nesta pesquisa foi constatado que os atores institucionais nunca fizeram propostas de ações e não utilizam nenhuma ação pontual a fim de combater a evasão dos discentes ou de incentivar a permanência deles no curso. As ações utilizadas unicamente pelas docentes do sexo feminino são, quase sempre, um olhar sensível e a aproximação para saber se o discente está com alguma dificuldade.

Pela fala dos(as) docentes e por observação participante constatou-se que se o(a) discente precisa de ajuda, ele mesmo vai em busca dessas informações sobre as políticas institucionalizadas, mas por vezes, prefere evadir-se do que procurar ajuda. Por isso, mesmo que não seja obrigatório, é importante que os(as) docentes conheçam as políticas institucionais, afinal, eles/elas têm um maior relacionamento com os discentes, e dessa forma podem auxiliar informando sobre as formas e os meios que os alunos necessitam para buscar ajuda psicológica e financeira que a Universidade oferece.

Criar contas em redes sociais mais utilizadas pela comunidade acadêmica e que estão entre as mais acessadas no meio digital, no intuito de caráter informativo, como por exemplo, o *Facebook* e o *Instagram*, pode ser uma boa forma de divulgação das informações gerais da Unidade Acadêmica e do curso, como notícias, fatos acadêmicos e científicos, editais e sobre as políticas afirmativas. Pelo fato de ser um espaço de comunicação direta do público com a Instituição, podem-se utilizar essas plataformas para fazer avaliação sobre satisfação dos discentes, utilizar-se de enquetes e caixas de diálogos compartilhadas com qualquer pessoa, conseguir *feedbacks* através das publicações postadas ou um simples “emoji”, é capaz de mostrar a reação e transmitir a emoção da comunidade em geral, em relação ao conteúdo publicado. É claro que o curso deveria ter um responsável para acompanhar essas redes sociais e repassar as informações ao coordenador e docentes.

Acima de tudo, é importante que haja maior envolvimento da comunidade acadêmica para acolhimento dos discentes de forma que os índices de evasão e retenção do curso diminuam. Também é preciso criar condições para que mais discentes sejam contemplados pelos auxílios e bolsas institucionais, devido à importância desse apoio estudantil a fim de minimizar a evasão e assim contribuir para a permanência e conclusão do curso, ou

minimamente introduzir o assunto em uma agenda de discussões no curso, pois sabe-se que para a concessão de bolsas e auxílios são necessários recursos e investimentos.

Para que mais discentes sejam contemplados com auxílios e bolsas é necessário que os(as) docentes as conheçam, para que possam divulgá-las e comunicá-las aos discentes, o que pode ocorrer se houver mais discussões sobre esse assunto entre coordenação e docentes do curso, pois constatou-se que esse assunto não é discutido, e a maioria dos(as) entrevistados(as) desconhecem as políticas afirmativas institucionalizadas. Também é necessário que os(as) docentes reflitam sobre seu papel e compreendam sua importância para propor ações pontuais que envolvam mais os discentes, a fim de aumentar por exemplo a oferta de programas institucionais para apoio ao estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, Extensão e Estágios. Importante destacar ainda que o conhecimento das políticas institucionalizadas e até mesmo a proposição de ações pontuais possam ocorrer por parte dos outros(as) docentes que, por motivos diversos, não participaram desta pesquisa.

Ao propor essa discussão sobre a participação de diferentes envolvidos nas questões relativas ao problema da evasão discente no ensino superior, esperava-se que os resultados pudessem apontar questões até então ainda não observadas pela comunidade acadêmica. De fato o estudo apontou que não tem dados atualizados sobre retenção e evasão no curso; que os docentes não conhecem nem os números da evasão e se sabem, sabem pouco, sobre as políticas de enfrentamento; não existe comunicação das políticas; não existe envolvimento. Reitera-se, portanto, que as entrevistas mostraram que falta conhecimento aos atores institucionais em relação às políticas institucionais e por esse motivo não sabem o que pode ser feito a respeito. É interessante que haja um planejamento, primeiro sobre o conhecimento às informações sobre essas políticas já existentes e dessa forma, criar ações específicas para que estas sejam divulgadas. É importante que também sejam criadas ações específicas dentro do curso, por exemplo, como o nivelamento, já que os(as) entrevistados(as) percebem maiores dificuldades em algumas disciplinas nos períodos iniciais.

A análise da satisfação discente é essencial para que se tenha uma noção sobre a satisfação do discente em relação ao curso e IES, e assim evoluir a partir dos resultados positivos ou negativos para possibilitar a elevação da satisfação. Mas é necessário que repense a estratégia de aplicação da avaliação, podendo aplicá-la dentro das salas de aula ou tornando-a obrigatória, já que não é habitual falar de avaliações de docentes dentro da sala de aula e, muitas vezes a avaliação institucional passa despercebida e não é feita pelos discentes. É importante que busque discutir se as bolsas e auxílios são suficientes para contemplar quem precisa ser beneficiado por elas, porque se não for, é preciso criar mais projetos, para obtenção de bolsas. Por outro lado, é preciso esclarecer, sensibilizar e incentivar os(as) discentes a participarem mais ativamente de projetos de ensino, pesquisa e extensão, monitorias e estágios, por exemplo.

Destaca-se que este estudo apresenta limitações, como o fato de que nem todos os(as) docentes do curso participaram da entrevista. Os(as) discentes que são aqueles que possuem mais interesses nas políticas institucionalizadas ou pontuais, não foram ouvidos e por isso não é possível dimensionar quais são as dificuldades que eles têm para conseguirem se beneficiar das bolsas e auxílios ou das atividades acadêmicas como monitorias e estágios, que de certa forma vão reforçar o vínculo do discente com a universidade e seu conhecimento sobre as políticas afirmativas institucionalizadas e pontuais. E por fim, no momento da busca, foram encontrados poucos estudos sobre o assunto e isso limitou os estudos correlatos.

Os resultados dessa pesquisa trazem oportunidades para novos estudos, pois necessita ser refeito de tempos em tempos para verificar se o conhecimento, engajamento e as questões mais sensíveis de relacionamento mudaram ao longo do tempo. Os discentes podem se transformar em sujeitos de uma pesquisa de temática similar a essa e abranger todos os cursos da Unidade Acadêmica.

## REFERÊNCIAS

- AMBIEL, R. A. M. Construção da escala de motivos para evasão do ensino superior. **Avaliação Psicológica**, v. 14, n. 1, p. 41-52, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v14n1/v14n1a06.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- AMBIEL, R. A. M.; BARROS, L. O. Relações entre evasão, satisfação com escolha profissional, renda e adaptação de universitários. **Revista Psicologia: teoria e prática**, v. 20, n. 2, p. 154-267, São Paulo, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v20n2/v20n2a10.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- ARAÚJO, J. C. F.; LEITE, L.S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 22, n. 84, p. 777-806, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/cqsW6S5ynV6KcGDB4947spg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional do ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RRGrQckrsd9CRGgKy4zkHXq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BOCCHINI, B. **Agência Brasil: pesquisa mostra evasão de 30% em cursos superiores privados**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-09/pesquisa-mostra-evacao-de-30-em-cursos-superiores-privados>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- BONNAS, J. S. **A evasão no curso de administração da FAGEN: dimensões políticas, institucionais e contextuais**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25298/1/EvasaoCursoAdministracao.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 18 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm). Acesso em: 29 maio 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 29 maio 2021.
- BRASIL. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Diário Oficial da União, Brasília, ano 147, n. 18, seção 1, 27 de janeiro de 2010. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm) Acesso em: 18 abr. 2021.

CAMPOS, L. C. **Políticas de permanência estudantil em cursos de licenciaturas no período de 2007 a 2017: a experiência da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberlândia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21109>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CAVAZINI, J. **Formas de evasão nos cursos de Administração e Ciências Contábeis no período pré e pós adoção do SiSU: o que predomina?** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20143/3/FormasDeEvas%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CENSO da educação superior mostra aumento de matrículas no ensino a distância. **Governo do Brasil**, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia>. Acesso em: 13 mar. 2021.

COSTA, S. L.; DIAS, S. M. B. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17 e18, p. 51-60, jan./jun. e ago./dez., 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/38650>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CUNHA, J. V. A.; NASCIMENTO, E. M.; DURSO, S. O. Razões e influências para a evasão universitária: um estudo com estudantes ingressantes nos cursos de Ciências Contábeis de Instituições Públicas Federais da Região Sudeste. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 9, n. 2, p. 141-161, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14392/ASAA.2016090202>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CURY, C. R. J. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica, **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 667-688, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FCyfntMmxjCXRvBZGwyfFxb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

DIOGO, M. F. *et al.* Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas. **Avaliação (Campinas)**, v. 21, n. 1, março, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CbWjVPMR8XpjrK3dzTQzM/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2021.

FIALHO, M. M. L. **Evasão no ensino superior privado: um estudo de caso na faculdade de Santo Agostinho**. 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade

Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em:

[https://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6794/1/2008\\_dissert\\_mmlfialho.pdf](https://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6794/1/2008_dissert_mmlfialho.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

FURTADO, V. V. A.; ALVES, T. W. Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da UNISINOS. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 115-129, jul./dez. 2012. Disponível em:

[https://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7479/1/2012\\_art\\_vvafurtado.pdf](https://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7479/1/2012_art_vvafurtado.pdf). Acesso em: 29 abr. 2021.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. © 2017. Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Mogi das Cruzes, São Paulo. Disponível em:

[https://silo.tips/queue/panorama-da-evasao-no-ensino-superior-brasileiro-instituto-lobo?&queue\\_id=-1&v=1623433542&u=MTc3LjEwNi42NC4yMzk=](https://silo.tips/queue/panorama-da-evasao-no-ensino-superior-brasileiro-instituto-lobo?&queue_id=-1&v=1623433542&u=MTc3LjEwNi42NC4yMzk=). Acesso em: 18 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **FIES: novo FIES**. 2021. Disponível em:

<https://portalbies.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria nº 745, de 5 de junho de 2012**.

Estabelece diretrizes para execução do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES). Diário Oficial da União. 2012. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10931-portariadopromissaes2012&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10931-portariadopromissaes2012&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 jun. 2021.

MOURA, L. G. **A implantação do reuni e o seu impacto na evasão discente**. 2018.

Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22255>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SCHIRMER, S. N.; TAUCHEN, G. Políticas públicas de enfrentamento da evasão na educação superior brasileira: um estudo do estado da arte. **Revista @ambienteeducação**, v. 12, n. 3, p.316-341 set./dez. 2019. Disponível em:

<https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/782/708>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA FILHO, R. L. L. *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, I. J. A. *et al.* Estratégias das coordenações dos cursos de Ciências Contábeis para combater a evasão. **Revista Universo Contábil**, v. 14, n.2, p. 61-81, abr./jun., 2018.

Disponível em:

<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6600/Silva%20-%20Miranda%20-%20Leal%20-%20Pereira>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, A. M.; SANTOS, B. C. S. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, n. 3, p. 741-757, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2191/219153634009.pdf>.

Acesso em: 18 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução nº 15/2009 do Conselho Universitário**. Estabelece a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia. 2009. Disponível em: <https://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2009-15.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. **Resolução nº 03, de 28 de agosto de 2013**. Dispõe sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Assistência Estudantil (alimentação, moradia e transporte) para discentes, na Universidade Federal de Uberlândia. 2013. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2013-3.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. **Resolução no 01/2015**. 2015a. Dispõe sobre a concessão de Bolsa Acessibilidade para discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação na Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2015-1.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. **Resolução no 04/2015**. 2015b. Dispõe sobre a concessão de Bolsa Creche para discentes com filhos(as) na Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2015-4.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. **Resolução no 05/2015**. 2015c. Dispõe sobre a concessão de Bolsa Mobilidade para da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2015-5.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução nº 06/2016 do Conselho Universitário**. Dispõe sobre a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), e dá outras providências. 2016. Disponível em: <https://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2016-6.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pró-Reitoria de Assistência estudantil. **Proae**, Minas Gerais, 09 jun. 2016. 2016. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/servicos/auxilio-material-didatico>. Acesso em: 12 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pró-Reitoria de Graduação. **Assistência Estudantil. Programa Institucional de Graduação Assistida – PROSSIGA**. 2021. Disponível em: <https://www.prograd.ufu.br/servicos/programa-institucional-de-graduacao-assistida-prossiga>. Acesso em: 31 maio 2021.

VAZ, T. R. D. **O trabalho do professor no campo das políticas de ações afirmativas: reflexões, dimensões e saberes**. In: XIII Congresso Nacional de Educação. 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24571\\_13028.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24571_13028.pdf). Acesso em: 28 out. 2021.